



Novos Determinantes Estratégicos da Política de Cooperação Europeia

ADRIANO TELLES DE MENEZES

Centro de Estudos Africanos, ISCTE

A política europeia de Cooperação para o Desenvolvimento encontra-se, desde 2000, em reformulação estratégica e organizacional, por força de novas formulações decorrentes das novas estratégias de apoio ao desenvolvimento em países com elevados índices de pobreza absoluta e de endividamento, e de novos factores geoestratégicos da segurança. Destacam-se dois novos determinantes estratégicos da política de cooperação europeia: Por um lado, o binómio pobreza/segurança; por outro lado, o incremento de influência da cidadania europeia da consciência global.

1. A Redução da Pobreza na política europeia de cooperação

Após a iniciativa das Nações Unidas da “Década para a Erradicação da Pobreza, 1995-2005”, os BM/FMI, após anos de duras críticas, estabeleceram em 1999 a “Estratégia de Redução da Pobreza”^{12,13} direccionada para abranger progressivamente cerca de 50 países pobres e endividados, assumindo a liderança internacional na condução da luta contra a pobreza.

Desta iniciativa “universalista” do BM/FMI, vários países da América Latina e África, iniciaram já os seus Planos Nacionais de Combate à Pobreza. Adivinha-se actualmente uma disputa internacional entre as NU (PNUD) e algumas iniciativas bilaterais¹⁴ de apoio e a liderança do modelo estratégico estabelecido pelo BM/FMI.

Os países europeus, em macro ambiente de arrefecimento económico, instabilidade internacional e aumento dos custos energéticos, são, cada vez mais, solicitados para aumentar as suas contribuições financeiras para um cada vez maior número de organismos e instituições internacionais e regionais que disputam entre si projectos e modelos de apoio ao desenvolvimento e combate à fome e pobreza.

2. A Segurança na política europeia de cooperação

Com base no Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas, a política de segurança deve assentar em 3 pilares: a dimensão político-militar, a dimensão económico-ambiental e a dimensão humana. Pressupõe a inclusão de parcerias dos países comunitários, pan-europeus (países da área geoestratégica circundante) e externos (p.e. EUA, Canadá). Até agora a Cooperação para a Segurança estava direccionada para a detecção preliminar e prevenção de conflitos, gestão de crises ou reabilitação pós-conflito (Balcãs e Cáucaso).

Três novos aspectos estão a influenciar a cooperação europeia para o desenvolvimento: o combate ao tráfico humano (Balcãs e Europa de Leste), o terrorismo e a emigração ilegal (Europa de Leste e área Mediterrânica – países de origem e trânsito). Estes factores influenciam decisivamente as estratégias e prioridades das políticas de cooperação para o desenvolvimento¹⁵.

3. A Cidadania e Sociedade Civil na política europeia de cooperação

a) Processo e consequências do Reforço da Cidadania

¹² *Poverty Reduction Strategy Paper* – PRSP, com base numa versão actualizada e politicamente correcta do “one size fits all” dos velhos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE).

¹³

¹⁴ Veja-se o encontro promovido no mês passado em NY pelos presidentes do Brasil, França e Espanha com o apoio das Nações Unidas.

¹⁵ Ver o “*policy paper*” sobre Políticas de Segurança Europeia e de Cooperação para o Desenvolvimento da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, designado “OSCE – *Economic and Environmental Dimension, Development of Second Pillar*”, Viena, November 2002, Permanent Delegation of Portugal to the OSCE, Adriano T. Menezes.



O processo de alargamento e aprofundamento da cidadania nos últimos 15 anos, particularmente no espaço europeu, tem vindo a produzir um aumento significativo de formas pan-europeias de organização da sociedade civil e a promover vastos movimentos de opinião.

Lembremos a forma como diversas ONG e outras associações da sociedade civil actuaram em 1997, forçando os governantes (principalmente europeus) a procederem a vastos esforços de perdão e/ou reformulação das dívidas externas dos países pobres, quando da designada Iniciativa da Dívida, ou do actual processo de combate à pobreza de 1999 ¹⁶.

b) Cidadania Global

O processo de desenvolvimento e aprofundamento da cidadania tem vindo a evoluir para o que designamos por “Cidadania de Consciência Global”, entendida como forma avançada do processo de aprofundamento da cidadania, que se traduz numa percepção assumida do todo universal, em particular nas suas vertentes humana, social e ambiental. Esta “Cidadania de Consciência Global”, em processo crescente no espaço europeu, resulta do aprofundamento do “sentido de cidadania” abrangendo a plenitude dos direitos humanos e ambientais¹⁷, aliado à “consciência do conhecimento global¹⁸” proporcionada pela evolução das TIs.

Este processo tem levado a que a sociedade civil organizada venha a aumentar a sua influência na política de cooperação europeia a dois níveis: nos processos de formulação e decisão das estratégias e políticas a estabelecer pela UE, e na sua assumpção como parceiro de desenvolvimento, na gestão e realização de projectos de ajuda e cooperação nos países beneficiários.

Questões para Debate:

Como incentivar uma progressiva integração das políticas de cooperação bilateral na estratégia multilateral europeia? Como assegurar uma integração estratégica e operacional das múltiplas instituições e organismos europeus face ao estabelecimento de uma estratégia europeia única e integradora de cooperação? Quem envolver e como estabelecer uma estratégia de médio prazo de cooperação para a Europa?

Racionalização das instituições multilaterais internacionais e da despesa e comparticipação exagerada dos países desenvolvidos face a resultados diminutos.

Formas de organização alternativas (à política) que reflectam a crescente cidadania e formas participativas da sociedade civil.

Que actores europeus para a cooperação? Por tipo de cooperação (financeira, segurança, política, técnica, etc.)? por tipologia dos actores (oficial, institucional, privado, associativo, etc.)? Que beneficiários?

- Política geoestratégica europeia
- Política de solidariedade internacional
- (mecanismos: NU, BM, “Gs” – Grupos Selectivos de Países, etc.)

¹⁶ Iniciado em 1995 pelas Nações Unidas com a designada “Década para a Erradicação da Pobreza”.

¹⁷ No seu sentido lato, envolvendo o económico, o social e o meio físico.

¹⁸ Em que existe a percepção da interacção das relações Norte-Sul, desenvolvimento e pobreza, bem-estar e consumo face a elevada produção com exploração de baixo custo, ambiente limpo e poluição.